

COMUNIDADE ESCRAVA E GRANDES ESCRAVARIAS NO SUDESTE DO SÉCULO XIX

Carlos Engemann*

Resumo

Apresentamos neste artigo as reflexões iniciais da pesquisa que conduzimos em torno de algumas grandes escravarias do Sudeste no século XIX. Buscamos inicialmente identificar indícios da formação de comunidades escravas nestes plantéis demograficamente numerosos, para a seguir tentar mapear os diferentes estágios na formação das mesmas. Refletimos também sobre as especificidades das escravarias nas quais há largos vínculos parentais, de tal modo a permitir a resignificação dos instrumentos usuais de socialização cativa. Nesse sentido, investigamos o manejo dos espaços sociais, temporais e físicos, encarando-os como possibilidades de paroxismos das tensões e das estratégias do cativo e, ao mesmo tempo, como instâncias onde os laços comunitários fluem e refluem, a bem das intenções primeiras que os instauraram.

Palavras-chave: Escravidão, Comunidade Escrava, População Escrava, Sudeste.

Introdução

O estudo da História trás em si um “quê” de ingratidão. Ao cabo de muito trabalho o que se produz é uma idéia possível do passado e, em geral, uma idéia provisória, tão provisória quanto os nossos métodos e a nossa visão das sociedades pretéritas. Mas ainda assim, somos atraídos a fuçar a papelada velha dos arquivos e bibliotecas por uma curiosidade quase infantil, consumindo horas de trabalho em troca de fulgores em nossos espíritos.

Caminhando por entre os séculos que não mais existem poderemos parecer literatos, uma vez que o objeto de nosso discurso não mais existe e as estruturas de linguagem não nos são exclusivas. Salva-nos exatamente o que nos sobrou: os indícios, as pistas, as evidências. Marcas do passado que ainda sobrevivem em algum substrato material. De fato, abandonamos há muito a ilusão do passado sepulto, que ressurgirá das fontes corretamente ordenadas, em troca resta-nos a sina da transitoriedade.

Destarte, nos últimos anos, uma série de conceitos vem sendo incorporada aos estudos de História e não foi diferente com o tema da escravidão colonial. Conceitos estes que alargam a compreensão desta que foi, sem dúvida, uma das mais marcantes faces da história da sociedade brasileira. Partimos nós em nossa reflexão, considerando a escravidão uma relação, ou melhor, um conjunto de relações, onde as necessidades e ambições de cada uma das partes da relação impelem os seus agentes em um

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social –UFRJ.

determinado sentido, até que, reconhecidos os limites, se estabilize o termo do vínculo que os une. O que se postula é que não há sujeitos passivos, e que as ações de cada parte geram e são, simultaneamente geradas pelo contexto social vivido.

O problema que ora se impõe à historiografia dedicada ao tema da escravidão é desvendar a multiplicidade de possíveis combinações dos instrumentos de relacionamento desenvolvidos por senhores e cativos e seu significado e amplitude de ação. Dito de outro modo, não nos basta saber os elementos que compunham a existência na sociedade escravista, mas é necessário descobrir o que cada um destes elementos significava.

A violência, com seu sentido pedagógico e repressor, convivia com outros mecanismos compensatórios para aliviar a tensão e a pressão que ela própria exercia sobre o cativo. Nesse sentido, a circulação de bens financeiros ou simbólicos poderia se constituir um dos meios para tornar a vida cativa minimamente suportável. Tal circulação provavelmente gerava alguma acumulação, em especial do bem mais precioso em uma situação de penúria: a esperança. Para o senhor, a esperança era de que não haveria fugas ou rebeliões, para os escravos a esperança era de poder, um dia, acumular bens suficientes para chegar a sair de sua condição social, ascendendo para além da escravidão.

Desse modo, se a reunião de um grande grupo de escravos multiplicava os fatores de tensão, de igual modo deveria multiplicar os mecanismos de negociação. É possível que os grandes plantéis funcionem como lente de aumento para observação da vida escravista. Em certo sentido estamos alterando a escala de observação por meio da seleção das amostras a serem observadas, para obter uma percepção mais apurada dos meandros do mundo escravista.

Se há um contexto que pode ser situado entre a biografia, uma amostra insuficiente e a generalização das grandes massas de dados, acreditamos que este seja o dos grandes plantéis. E mais, não estamos apenas avaliando os grandes plantéis pelo seu volume demográfico, mas pela configuração social que o tempo de convívio pode ensinar neles. A proliferação de vínculos de solidariedade é o que pode gerar novos usos e significados aos poucos meios de socialização disponíveis aos escravos. Dito de outro modo, o que estamos buscando é a configuração de comunidades escravas, plantéis firmemente atados pela solidariedade que brota da partilha de rituais, de símbolos e do parentesco.

Marcas do Tráfico.

De certo modo, o que nos propusemos foi analisar as estratégias de vida da população de um conjunto de fazendas. O objetivo é descobrir que tipo de artifícios esses habitantes utilizavam para lidar com o seu contexto histórico, procurando maximizar as vantagens e minimizar as perdas geradas pelos movimentos históricos. Para tanto será necessário estabelecermos um método de abordagem demográfica. Alguns autores, como Mary Karasch, por exemplo, acreditam ser possível definir o escravo “médio”, postulando que se alguém fosse um escravo desembarcado no Rio de Janeiro em meados do século XIX, seria provavelmente um menino pequeno ou um adolescente. Seria então este o agente das estratégias escravas?

O método usado por Karasch apresenta alguns problemas. O primeiro, é a amostragem que ela utiliza para basear as suas afirmativas. O universo de análise é de quatro navios apreendidos; um depois de 1831, data da lei regencial contra o tráfico, e três depois de 1850, quando esta legislação se torna mais rígida. Além disso, tentar desvendar um escravo típico pode ser de pouca valia do ponto de vista metodológico, já que tal “peça” nada mais é do que o indivíduo mais estatisticamente freqüente dentro de uma população. Em outras palavras, ele é um dos pontos dentro da malha social formada pela população escrava.

Decerto, este “típico” cativo não está só. Por isso, para identificar o ator, ou antes, o elenco que encena a trama que reconstruímos na história, talvez seja mais interessante tentar compreender a estrutura populacional. Seria mais eficaz identificar o peso que cada parcela da população tem perante a totalidade, do que nos deixarmos levar pelo cálculo de um indivíduo típico que, dependendo do caso, pode nos fornecer o que representa uma parcela que se quer compõe mais de 50% do grupo.

Certamente este recurso não pode ser utilizado em cem por cento dos casos. Frequentemente estamos falando de um grupo composto apenas por homens, ou apenas por mulheres, ou nos interessam apenas as crianças; em outros casos as fontes não permitem uma tal reconstrução; enfim vários são os motivos que podem evitar o recurso. Mas se for possível...

Sendo possível construir uma estrutura etária-sexual será de grande valia para a captura do perfil não apenas do grupo majoritário, mas da população como um todo, e um todo orgânico. Em geral, utiliza-se um gráfico para expressar o peso relativo de cada uma das faixas etárias em ambos os sexos, de tal modo que a partir da origem, temos

um lado masculino (esquerda) e um feminino (direita). Seu formato é, no mais das vezes, piramidal, daí o nome: pirâmide etário-sexual. Esse método será extremamente útil para analisar as escravarias que temos em mãos.

Para sustentar a existência de comunidades escravas, algumas fazendas com elevado número de cativos nas quais pode ter havido, em diversos graus de desenvolvimento, uma comunidade escrava. Em primeiro lugar, temos duas fazendas de um mesmo dono, o Comendador Manuel de Aguiar Vallim, um grande produtor de café da região do oeste paulista. Tomamos conhecimento de sua escravaria por meio das listas nominativas da matrícula de 1872, tanto para fazenda Resgate quanto para fazenda Bocaina. Além destas, também nos foi possível conhecer o plantel da fazenda do Engenho Novo da Pavuna, na freguesia de Jacarepaguá, de propriedade do Visconde Pascoal Cosme dos Reis. Vizinha a ela estava a fazenda do Engenho do Camorim, herdada da família Correia de Sá pelos beneditinos do Mosteiro de São Bento. Por fim, temos a Real Fazenda de Santa Cruz, também no Rio de Janeiro, e não muito distante das duas anteriores.

Antes de traçarmos as pirâmides demográficas das ditas escravarias, vejamos algumas informações preliminares dispostas na tabela 1.

Fazenda	População Total	Homens		Mulheres	
		#	%	#	%
Bocaina (1872)	226	132	58,4	94	41,6
Resgate (1872)	436	257	58,9	179	41,1
Engenho Novo da Pavuna (1852)	379	200	52,8	179	47,2
Fazenda do Camorim (1864)	172	78	45,3	94	54,7
Fazenda de Santa Cruz (1818)	1342	609	45,4	733	54,6

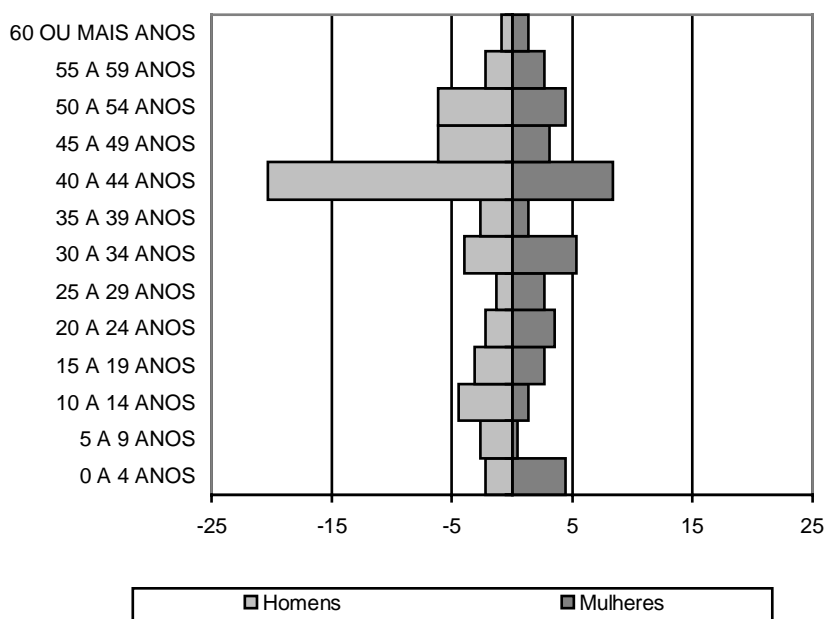
Fontes: Matrícula de Escravos de 1872 (constante do inventário post-mortem de Manuel de Aguiar Vallim, de 1878); Inventário post-mortem Pascoal Cosme dos Reis, 1850-1852, Arquivo Nacional (RJ); Lista nominativa dos Escravos do Engenho do Camorim (Código 49) Arquivo do Mosteiro de São Bento (RJ); Inventário dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791, Arquivo Nacional (RJ).

A tabela acima nos permite agrupar as fazendas em função da proporção de homens e de mulheres. Na verdade, trata-se de agrupar em função dos efeitos do tráfico, quer Atlântico, quer interprovincial, sobre a estrutura demográfica do plantel. Essa opção, longe de ser aleatória, se dá por ser a compra o meio de formação original da escravaria. É certo que se pode herdar um plantel, mas nesse caso não estaríamos falando exatamente da sua formação, mas de sua transferência de mãos.

Assim, poderíamos analisar as fazendas do Comendador Vallim pela maior proporção de homens, já que estes superam em quase 20% o número de mulheres. Em seguida, poderíamos nos voltar para o Engenho Novo da Pavuna, que apresenta praticamente um equilíbrio entre as suas proporções de homens e mulheres. E por fim, Teríamos o Engenho do Camorim e a Real Fazenda de Santa Cruz, onde as mulheres superam numericamente os seus companheiros. O que se busca de fato é uma categorização segundo eloquência das marcas do tráfico de almas. Entabulemos a análise.

As fazendas do senhor Vallim mostram um perfil sexo-etário bastante marcado pelos efeitos do tráfico, quer interno, quer atlântico. É marcante o inchaço da face masculina de sua pirâmide demográfica. No entanto, não se pode dizer que a sua maior aquisição tenha sido uma compra recente.¹

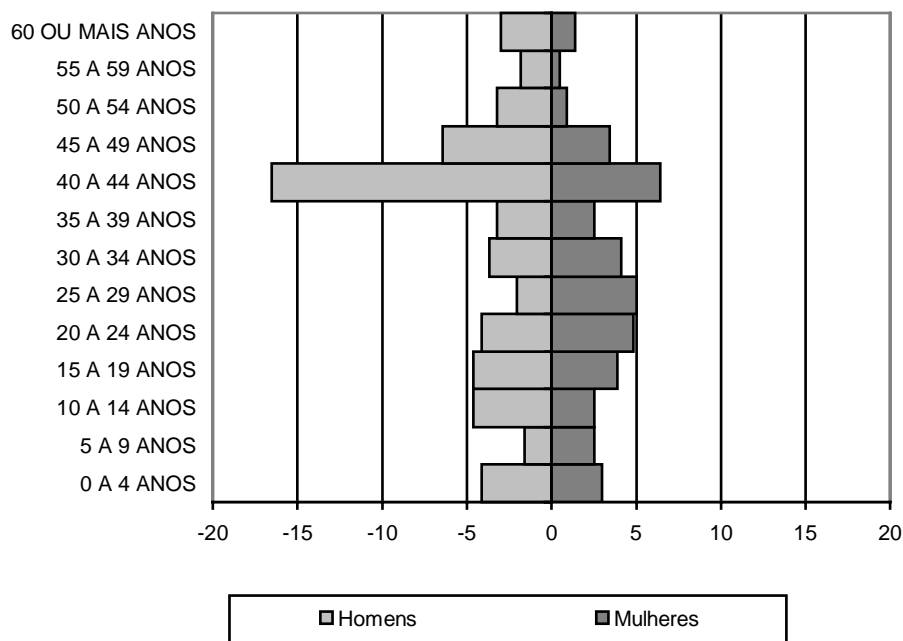
Gráfico 1: Pirâmide Etário-sexual da Escravidão Fazenda Bocaina em 1872.



Fontes: Matrícula de Escravos de 1872 (constante do inventário post-mortem de Manuel de Aguiar Vallim, de 1878).

¹ ENGEMANN, Carlos, FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. *Entre o Geral e o Singular*. Paper inédito.

Gráfico 2: Pirâmide Sexo-etária da Escravidão da Fazenda Resgate em 1872

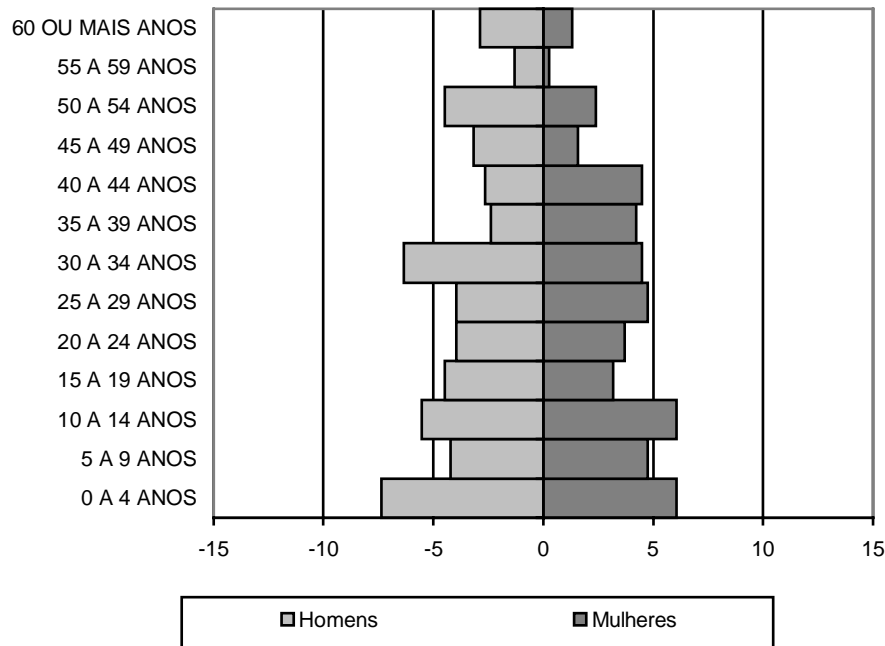


Fontes: Matricula de Escravos de 1872 (constante do inventário post-mortem de Manuel de Aguiar Vallim, de 1878).

Se levarmos em conta que do ponto de vista da proporção entre os sexos a dilatação corresponde às preferências nas compras, isto é, uma preferência pelos homens, é quase certo que no que tange às idades tenha se dado o mesmo. Desse modo, é muito provável o Comendador tenha feito um grande investimento no tráfico interprovincial. Não devemos, contudo, tomar esta última grande compra como efetivamente última ou como uma exceção no decorrer da vida e da formação do plantel do Comendador. As mesmas pirâmides apontam para um recurso relativamente freqüente num passado não muito remoto. Principalmente a baixa taxa de reprodução natural. Em ambos os casos, a coorte da primeira infância (de 0 a 4 anos) chega no máximo perto dos oito por cento do conjunto. Ainda são índices muito modestos, mas principalmente na fazenda Resgate, onde o nível demográfico é quase duas vezes o de Bocaina, o futuro poderia reservar um crescimento vegetativo capaz de incrementar a população sem o recurso ao ingresso de estrangeiros.

A próxima escravidão em nossa lista é a do Engenho Novo da Pavuna. Aparentemente este plantel se encontra em equilíbrio proporcional entre os sexos.

Gráfico 3: Pirâmide Etário-sexual da Escravidão do Engenho Novo da Pavuna em 1852.



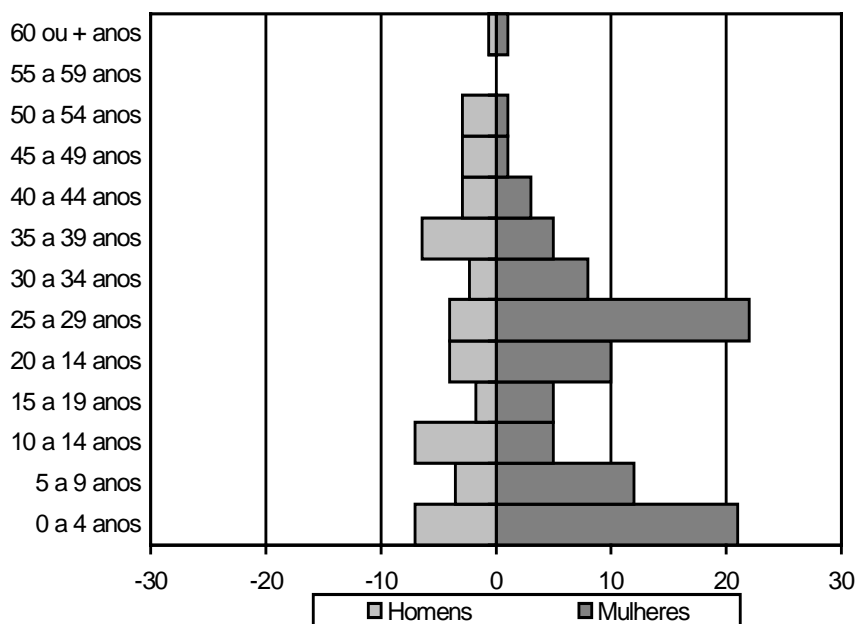
Fontes: Inventário post-mortem Pascoal Cosme dos Reis, 1850-1852, Arquivo Nacional (RJ).

A distribuição etário-sexual expressa na pirâmide acima nos permite vislumbrar uma escravidão em franco processo de crescimento vegetativo. As marcas das compras passadas são ouço perceptíveis, deduzidas apenas aqui e acolá em pequenas excrescências no lado masculino. É o que ocorre com as coortes de 30 a 34 anos, 45 a 49 anos e 50 a 54 anos. Se realmente representam compras passadas, o peso foi abissalmente menor do que a do Comendador Vallim em meados do século XIX. Além disso, é claramente visível uma tendência a dilatação da base, indicador poderoso de reprodução endógena.

Ainda mais aguda é a indicação de crescimento vegetativo positivo da pirâmide do Engenho do Camorim. No entanto, há uma grande distorção na formação feminina. Isso se deve, muito provavelmente, ao expediente freqüentemente utilizado por instituições proprietárias de escravos. A estratégia consiste em deslocar os escravos por períodos variáveis para os locais onde houvesse maior necessidade e retornando-os depois que o trabalho fosse realizado ou a demanda por mão-de-obra fosse aliviada de alguma forma. No caso das ordens religiosas e mesmo do governo, havia ainda a deliberada formação de grupos de profissionais especializados: carpinteiros, ferreiros, tanoeiros, falquejadores,... Estes poupavam a dita instituição os jornais que

eventualmente seriam gastos com trabalhadores pagos. É possível que esse deslocamento aliado a um sem fim de outros fatores como as taxas de mortalidade e a distorção inerente à pequenez da amostra tenha provocado a estranha formação da população escrava do Camorim.

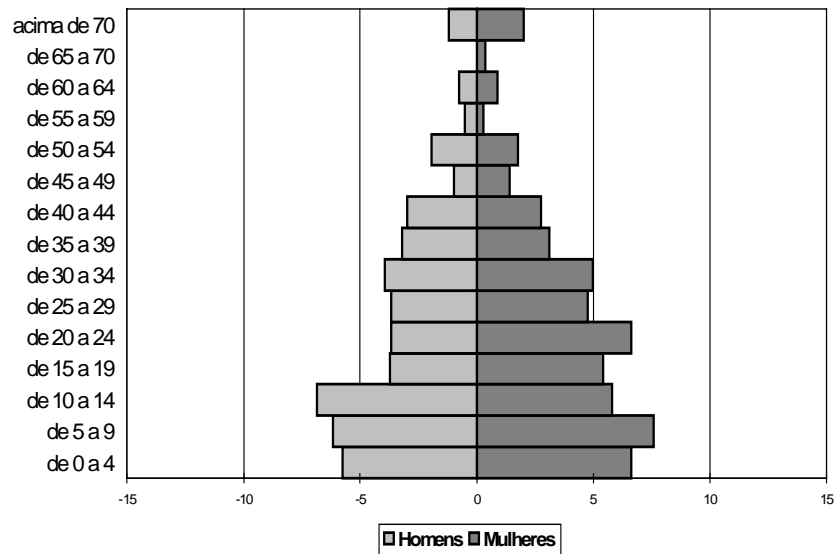
Gráfico 4: Pirâmide Etário-sexual da Escravaria do Engenho do Camorim em 1864.



Fontes: Lista nominativa dos Escravos do Engenho do Camorim (Códice 49) Arquivo do Mosteiro de São Bento (RJ).

Por último resta-nos ver a conformação populacional de Santa Cruz. Esta fazenda, formada pelos jesuítas e posteriormente confiscada pelo Estado, passou por um longo período de abandono administrativo, tempo no qual seus cativos tiveram relativa liberdade para desenvolver sua comunidade. As marcas do tráfico ficaram tão longínquas que não se os percebe mais. No entanto, a estratégia do uso de mão-de-obra da fazenda em outros locais se faz marcadamente presente. Amplamente documentado, o remanejamento de escravos para outras obras de El Rey deixou marcas na estrutura populacional. Esta se expressa no gráfico por meio do achatamento do lado masculino nas idades produtivas.

Gráfico 5: Pirâmide Etário-sexual da Escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz em 1818.



Fontes: Inventário dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791, Arquivo Nacional (RJ).

Assim percorremos a estrutura populacional de cinco grandes plantéis do sudeste no século XIX e pudemos observar que o número de escravos não é o responsável direto pela sua conformação demográfica. O “pequeno” Engenho do Camorim indicava uma reprodução endógena muito mais ampla que a formação dos mais de quatrocentos escravos da fazenda Resgate. Mas a estrutura populacional pode estar associada ao nível de arraigo da escravaria? Talvez sim. Possivelmente a conformação populacional diz muito da sedimentação social dos cativos. Façamos a relação.

Marcas da Família

De um ponto de vista estritamente teórico, poderíamos tentar definir parentesco como uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria, antes do mais, a obtenção de aliados de tal feita que o parente esta diametralmente oposto ao estrangeiro. Deriva daí uma necessidade - branda ou urgente - conforme a situação vivida, de articular o maior número possível de parentes. Os meios para isso são basicamente a consangüinidade e a consecução de cônjuges.

O parentesco consangüíneo estabelece a primeira e mais fundamental das relações sociais, a que se firma entre mãe e filho,² e desta derivam as relações de

² Cf. FOX, Robin. *Parentesco e Casamento - uma perspectiva antropológica*. Lisboa: Vega. s/d.

proteção advindas de uma eventual figura paterna. As relações conjugais que a princípio seriam preferencialmente obtidas no interior desta célula deslocam-se para seu exterior pela - praticamente universal - existência do tabu do incesto. Provavelmente as características demográficas dos primeiros grupos sociais humanos impediam, ou ao menos dificultavam, as relações matrimoniais intracelulares. A pequena expectativa de vida, associada a um intervalo intergenésico razoavelmente elevado, acarretaria uma situação familiar em que a maturidade sexual dos filhos não se daria dentro do período de vida dos pais.

Entre os irmãos, de modo semelhante, seria mais factível buscar uma parceria matrimonial fora, do que esperar os anos relativos à diferença etária para a próxima geração do sexo oposto. Este padrão se infundiu de tal modo na formação cultural desses pueris grupos humanos e se soldou na sua *praxis* tão solidamente que logrou sobreviver às mudanças demográficas.

Temos então a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma estrutura mais abrangente: a comunidade. O transcorrer das gerações em convívio produz um efeito gregário que potencializa os laços diretos. Basicamente o que fornece o amálgama é a existência de antepassados comuns e de símbolos e crenças - freqüentemente aprendidos desses antepassados - que também são partilhados pela maioria dos membros da comunidade. O espaço físico exerce papel importante, não apenas como seu continente, mas como espaço simbolicamente dividido e carregado de representações.

Com os cativos de grandes escravarias pode ter se dado o mesmo. Estavam compulsoriamente sujeitos ao convívio no mesmo espaço. Isso significa dizer que estavam juntos, em alguns casos, por gerações tendendo a formação de ancestrais comuns. As crenças - católicas, sincréticas ou africanas - circulavam pelas vozes sussurrantes das senzalas, passando seus saberes de boca-em-boca e produzindo um conjunto de práticas ritualísticas. Tais fenômenos já foram largamente observados nas comunidades remanescentes dos quilombos. Mas seriam apenas os aquilombados que teriam “permissão” para se agregar e congregar? É possível que não.

Na tabela 2, temos o número de aparentados e de desarraigados em cada uma das fazendas.

Tabela 2: Percentual de Homens, Mulheres, Aparentados e Desarraigados.

Fazendas	% Homens	% Mulheres	% Aparentados	% Desarraigados
Bocaina (1872)	58,4	41,6	80,5	19,5
Resgate (1872)	58,9	41,1	85	15
Engenho Novo da Pavuna (1852)	52,8	47,2	95,8	4,2
Fazenda do Camorim (1864)	45,3	54,7	72,5	28,5
Real Fazenda de Santa Cruz (1818)	45,4	54,6	98,9	1,1

Fontes: Matrícula de Escravos de 1872 (constante do inventário post-mortem de Manuel de Aguiar Vallim, de 1878); Inventário post-mortem Pascoal Cosme dos Reis, 1850-1852, Arquivo Nacional (RJ); Lista nominativa dos Escravos do Engenho do Camorim (Código 49) Arquivo do Mosteiro de São Bento (RJ); Inventário dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791, Arquivo Nacional (RJ).

É preciso que se diga que não se trata puramente de uma relação direta entre a proporção de mulheres e a proporção de arraigados. A vida não funciona matematicamente. Mas o que buscamos aqui com a proporção de mulheres é, como dissemos antes, a marca da tráfico, ou melhor, a marca do abandono do tráfico de cativos. Esse abandono é o que provavelmente gera a estabilidade que permite aos desarraigados se integrem. Esse movimento é o responsável pela queda de tenção entre os *outsiders* e os estabelecidos,³ fazendo com que o nível de aparentados suba de quatro em cada cinco, por si só já bastante significativo, para a quase totalidade dos presentes no plantel. Isso aponta para uma tendência inclusiva na formação da comunidade.

O caso do Engenho do Camorim parece nos indicar que, se o tempo é fator fundamental para que as alianças possam se multiplicar, um nível populacional estável também o é. Muito embora, o que podemos estar considerando como indivíduos isolados podem ser, na verdade, parentela de outro lugar. A possibilidade de que isso aconteça não é desprezível, já que junto ao Camorim estavam outras duas fazendas beneditinas, Vargem Grande e Vargem Pequena, e não muito longe dali, o Mosteiro de São Bento, soberano em suas necessidades. De qualquer modo, não fere a lógica pensar que além de um tempo necessário para que um conjunto de escravos possa se tornar um conjunto de famílias e daí, finalmente, uma comunidade, haja necessidade de um *quantum* mínimo de população estável através do tempo para que isso aconteça.

³ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.2000.

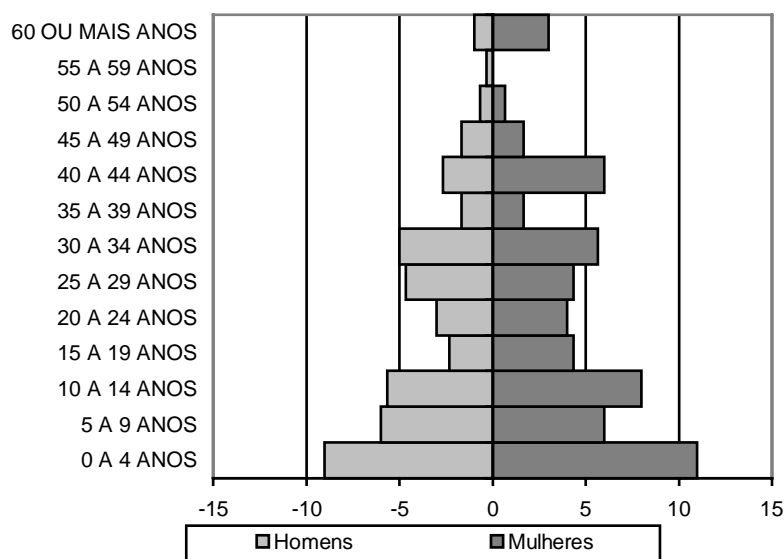
Os estudos da Real Fazenda de Santa Cruz indicam que, dadas condições, uma identidade comunitária pode vir a surgir, legitimando práticas e criando costumes. Costumes esses que foram levados para além de Santa Cruz.⁴ De lá, temos fortes evidências de que os próprios cativos se entendiam em um contexto próprio, não só pelas suas condições específicas, fazenda do Rei, mas pela formação social que puderam desenvolver ao longo dos séculos de convivência. Divisão de heranças, partilha do espaço social de habitação, circulação de sobrenomes, enfim toda uma gama de indicadores de que os laços sociais haviam enfeixado quase todos os habitantes de lá.

Outras fazendas de fora do sudeste, e até anteriores ao século XIX, nos mostram que esse pode ser o caminho para o desenvolvimento da comunidade escrava. E mais, para o uso de uma perspectiva mais ampla para a análise de grandes escravarias. Uma dessas é a da fazenda estatal venezuelana do Chuao. Na sua pirâmide etário-sexual não é possível se distinguir os efeitos do tráfico. A reprodução é endógena há algum tempo e a população tem uma boa parcela de crianças e jovens. O seu percentual de desarraigados é inferior um por cento. De modo semelhante à Santa Cruz, talvez por sua história igualmente semelhante, os ramos relacionais da comunidade do Chuao tendeu a envolver os 300 habitantes que foram contados em 1808.

Em conformidade com tudo o que dissemos até aqui, o Chuao de 1671, isto é, mais de 130 anos antes, apresentava uma configuração bastante diferente. Sua população cativa somava um total de 111 habitantes, dos quais 54 eram homens e 57 mulheres. Seu relativo equilíbrio sexual está expresso no gráfico 7, no qual ainda pode ser identificada uma possível conexão com o tráfico na sua última coorte. Dessa população, apenas 78% eram aparentados, índice ainda inferior ao dos plantéis do Comendador Vallim.

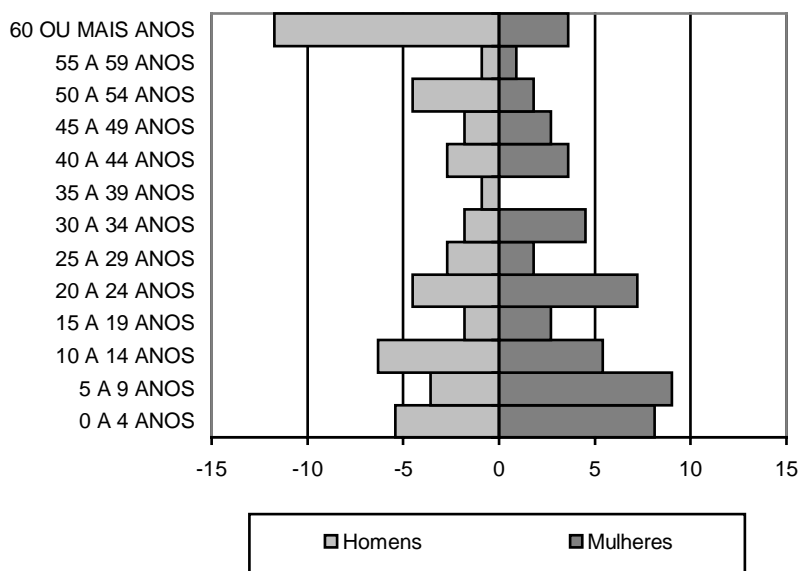
⁴ ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de Santo Inácio a Serviço do Imperador*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ. 2000.

Gráfico 6: Pirâmide Etário-sexual da Escravidão da Fazenda do Chuao em 1808.



Fonte: Figueroa, Federico Brito. *El Problema Tierra y Esclavos en la Historia de Venezuela*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1996, pp. 101-102, 106-109 e 119-128.

Gráfico 7: Pirâmide Etário-sexual da Escravidão da Fazenda do Chuao em 1671.

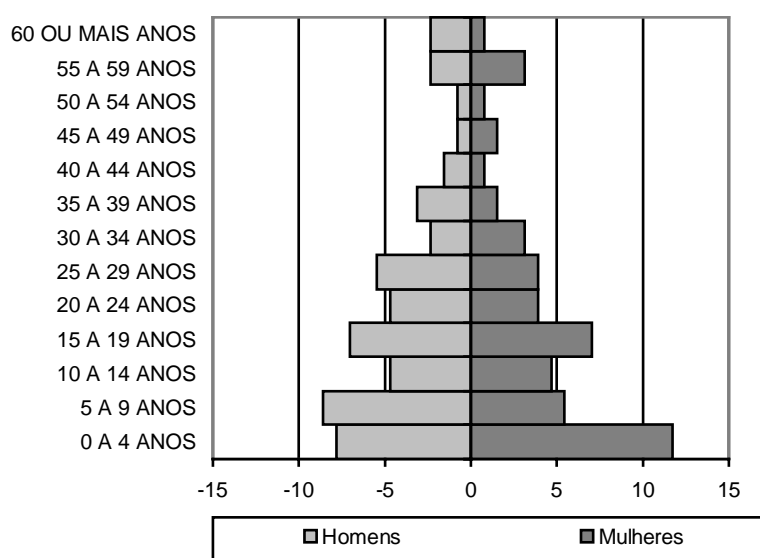


Fonte: Figueroa, Federico Brito. *El Problema Tierra y Esclavos en la Historia de Venezuela*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1996, pp. 101-102, 106-109 e 119-128.

Pouco mais de um século parece ter sido o tempo necessário para que a população do Chuao pudesse desenvolver laços de parentesco tão amplos que açambarcassem praticamente todos os seus cativos.

De modo semelhante, corrobora a nossa hipótese a estrutura etário-sexual da estância argentina de San Miguel de Tucumán, tal como disposta no gráfico 8. Trata-se de uma população em franco crescimento endógeno nos idos de 1768. Sua proporção de arraigados é muito condizente com o equilíbrio que se observa no gráfico 8. Temos apenas um indivíduo sem parentela, um único desarraigado. Pode-se até pensar em sub-informação, já que esse único caso configura menos de 0,8%.

Gráfico 8: Pirâmide Etário-sexual da Escravidão de San Miguel de Tucumán em 1768.



Fonte: ANDRÉS-GALLEGO, José. “Eslavos de temporalidades (el Tucumán, 1768): posibilidades de una fuente documental”. In: *Revista de História Eclesiástica – Hispania Sacra*. N. 48. 1996.

É bem possível que estejamos diante de um processo que, dada a sua recorrência, não seja caudatário apenas das concessões senhoriais, nem somente das insídias escravas, mas da tensão entre umas e outras. A comunidade escrava pode apresentar o paroxismo de resultantes das diversas tensões com as quais se aprende a viver.

Marcas da Comunidade

Ainda que formada em maior ou menor grau, a comunidade escrava certamente forçava o uso de espaços sociais, temporais e físicos de ação dos escravos. Não se quer aventar que tais espaços fossem apanágio das comunidades cativas, aliás,

elas só se valiam deles por serem eles reconhecidos na sociedade colonial. O diferencial talvez estivesse na amplitude do uso.

A pia batismal é um dos espaços mais loquazes que se possa citar. Trata-se, de fato, de um outro meio de se conquistar aparentados, instituindo um rito que sanciona formalmente uma aliança forjada anteriormente. O compadrio na sociedade luso-brasileira funcionou como um desses mecanismos de aparentar, constituindo alianças desejadas por ambas as partes, pais e padrinhos, estendida a uma terceira parte o batizado.

O caso é que dispomos de alguns dados sobre os batismos de escravos em algumas das fazendas que analisamos, ainda que não necessariamente para o período da respectiva lista nominal. É o caso dos registros de batismo da Matriz de Nossa Senhora do Loreto. Vários padrinhos dos filhos escravos do Camorim são de outras escravarias. Sendo o compadrio uma forma de firmar alianças de solidariedade, ou seja, de constituir uma parentela que não é de sangue, o que vemos surgir das pilhas de papel velho e mal conservado do arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, é uma rede ampla de relações amistosas e de parentesco forjadas entre as bênçãos que emanam da pia batismal.

É o caso de Daloninda, filha legítima de Angélica Parda, nascida em 1796 e batizada na Matriz de Nossa Senhora do Loreto. Seu padrinho era o escravo José Pedro, de propriedade de Ângela dos Anjos, moradora dos arredores. O mesmo se deu com Antônio, filho de Domingas, a quem se concedeu a graça do batismo no mesmo ano. Ocorre que no caso de Antônio temos algumas outras particularidades. Primeiro, sua madrinha era uma escrava detentora de um sobrenome, o que a destacava dos demais. Joana Rodrigues, escrava dos beneditinos, sabe-se lá por que caminhos nas veredas da escravidão logrou ostentar o digno sobrenome Rodrigues, algo não muito comum entre seus pares. Além disso, o padrinho de Antônio era Albano Pardo, escravo de ninguém menos que o Visconde de Asseca, que emprestou originalmente seu nome a Praça Seca, logradouro do Rio de Janeiro onde se localizavam suas terras, a quilômetros do Camorim. No momento, só podemos imaginar um espaço de conagração entre escravos que moravam tão distantes uns dos outros: a igreja. Quer na Capela de São Gonçalo do Amarante no Camorim, quer na Matriz do Loreto, esses cativos teciam uma vida social, muito provavelmente, a partir do espaço de convívio da cristandade colonial.

Talvez o mesmo tenha acontecido com Joana, filha ilegítima de Ana, escrava de um certo Manoel Pereira, senhor de muitos dos escravos registrados no Loreto como

moradores do sítio do Camorim, onde talvez fosse um grande foreiro. Ana foi apadrinhada por Antônio, escravo de Pascoal Cosme dos Reis. De fato, nos registros que dispomos, dos inventários *post-mortem* e dos óbitos, casamentos e batismos dos escravos do Engenho Novo da Pavuna, descobrimos sete antônios, dos quais cinco deles teriam idade para serem padrinhos de Joana em 1817. Dentre eles, um Antônio, de cerca de 50 anos na época do batismo, era casado com uma certa Joana. Apesar de não termos condições de afirmar com certeza, tenta-nos dizer que este é o dito Antônio padrinho e que a Joana do Camorim recebeu o nome em honra da falecida esposa de Antônio. É terreno instável demais.

De qualquer modo, a circulação dos cativos do Camorim alcançou um grande número de outros grandes plantéis de escravos, revelando uma mobilidade espacial inesperada. Sabemos, então, pelos registros que dispomos, que os habitantes das senzalas de lá circulavam socialmente em esferas também freqüentadas, pelo menos, por escravos do Visconde de Asseca, da família Telles e de Pascoal Cosme dos Reis.

De igual modo, os cativos de Pascoal Cosme dos Reis parecem ter gozado da mesma possibilidade de circulação. Dos 62 registros de batismo de que dispomos, pelo menos treze, isto é, mais de um terço, tem padrinhos de outras propriedades, inclusive dos vizinhos do Engenho de Camorim. Foi o que se viu no batizado de Eustáquia, em 1820. A filha legítima de Caridade e Candido foi apadrinhada por João e Thereza, ambos cativos do Camorim, que desafortunadamente não constam na lista de 1864.

Estas informações nos sugerem que tanto para senhores laicos quanto para os institucionais, a formação de uma comunidade permeada de laços sociais sólidos poderia representar um grau de segurança tal que a circulação na vizinhança, especialmente sob os auspícios da Santa Madre Igreja, poderia ser tolerado. Há limites, certamente. Se por um lado o compadrio pôde ser flexibilizado em alguns casos para estender a parentela para fora da comunidade, conectando-se com outros grupos circunvizinhos, o matrimônio ficou restrito, como a forma fundamental de constituir alianças apenas dentro do plantel.

Mas possivelmente a circulação era uma extensão do que já se construiu dentro do espaço delimitado da escravidão. Espaço esse, que poderia estar dividido de diversas formas. No caso das grandes escravarias, onde o número de cativos excede ao que se poderia imaginar confinado num galpão comum, há indícios diretos em pelo menos três listas da existência de domicílios ou senzalas familiares. As unidades domiciliares de que falamos são, a bem da verdade, pequenos edifícios ou subdivisões de edifícios

maiores. Robert Slenes apresenta um bem fundamentado estudo sobre as formas das senzalas em *Na Senzala Uma Flor*.⁵ Neste trabalho, Slenes mostra duas modalidades básicas de senzalas: uma em forma de galpão, dividida em cubículos, e outra como cabanas individuais.

Para o caso da Real Fazenda de Santa Cruz nos foi deixado um registro iconográfico por Jean-Baptiste Debret. Embora este não seja um registro muito claro, a impressão que se tem é de que lá as cabanas eram a habitação mais freqüente. Os escritos sobre a fazenda que freqüentemente se referem a "vila dos escravos" ou "às cabanas dos escravos", também apontam nesta mesma direção, assim como a descrição do número de cabanas dada por Serafim Leite. Quanto ao Camorim, alguns documentos no Mosteiro de São Bento indicam que as senzalas eram familiares, sem no entanto nos permitir saber o modelo. O mesmo ocorre com a fazenda do Chuao, que indica o número da senzala na lista nominativa.

Sendo este espaço, ainda que diminuto, um âmbito privado, em certo sentido se constituía como uma fronteira para o cativo que se mantinha confinado do lado de fora. Se realmente, os cativos destas comunidades gozavam de certo espaço, a casa, "domus" do cativo, não seria um bem, tanto do ponto de vista concreto quanto do simbólico, de menor importância. De qualquer modo, o que se permite vislumbrar é um espaço físico ainda que diminuto sob posse dos escravos. Se, por hipótese, os senhores se dispuserem a consentir na construção e na manutenção dessas unidades para conter a tensão, reduzir a possibilidade de conspiração, refrear a putativa promiscuidade, ou qualquer motivo semelhante, numa escravaria de maior porte o tal motivo será ainda mais pungente.

O volume populacional que é força de trabalho para o senhor, pode ser força de negociação para os cativos. Há indícios fortes também sobre a concessão de pequenos lotes de terra para a manutenção dos cativos dessas grandes fazendas. Mais que benevolência e generosidade, um corte robusto nos custos da fazenda e um tratado de paz entre senhores e escravos. Para além das nossas fontes, diretamente Santa Cruz e Camorim, outros contextos falam deste artifício. Para o Sudeste do século XIX, temos informações bastante sugestivas deixadas pelo barão de Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.⁶ Em seu livreto, o barão deixa clara a existência, e mais, a

⁵ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1999.

⁶ Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos... REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras. 1989.

necessidade da concessão de terras, sob pena de exaltar os ânimos dos cativos. Esta nesga de economia autônoma - quer pela negociação, quer pelo temor de um conflito - era sem dúvida comum e usual. De tal modo, que o cativo passava a dispor de um lote de terra, de uma vida econômica com alguma independência e de domínio sobre sua parte, ainda que diminuta, de seu tempo.

O preço que os cativos pagavam pelas estratégias de seus donos mostra que mesmo os senhores tidos como mais benevolentes podiam onerar a sua escravaria. Vejamos o caso das fazendas religiosas e estatais. Aqui podemos agregar o plantel da fazenda jesuíta de São Cristóvão para nos auxiliar a demonstrar que a benevolência imputada a esses senhores poderia exigir o seu ônus. Ocorre que nestes plantéis aparece um tipo de família que não é encontrado na administração de senhores privados laicos: a família partida.

Ocorre que, como dissemos anteriormente, os escravos destes plantéis administrados institucionalmente poderiam ser remanejados para outros locais da mesma administração. Os cativos dotados de habilidades profissionais eram particularmente suscetíveis a esse expediente. O corolário disso era a formação de famílias que estavam fadas a passar a maior parte de seu tempo cindida. Além do peso afetivo que isso pode trazer, o custeio da manutenção da parte que permanece recai sobre apenas um dos cônjuges. Em geral uma mulher.

Daí também se percebe que a possibilidade de se profissionalizar era abissalmente maior para os homens do que para as mulheres. Estas, além de freqüentemente ser a tutora dos filhos – no caso de rebentos ilegítimos ou no caso da família partida – era também o principal manancial de mão-de-obra destas fazendas. Em Santa Cruz, por exemplo, 186 escravas formavam as esquadras para todo o serviço, em 1815,⁷ ao passo que apenas 57 de seus companheiro estavam na mesma situação. No Camorim, não é muito diferente. Entre 1864 e 1867, os homens “da enxada” oscilaram entre 14 e 15, enquanto suas companheiras de labuta não foram menos que 39, sendo que em 1864 chegaram ao máximo de 51 mulheres.

⁷ Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente coronel Francisco Cordeiro da Silva Torres. Acompanha uma relação dos escravos a serviço naquela fazenda, 1815 – Biblioteca Nacional (II - 34, 33, 8)

A Guisa de Conclusão

Ao optarmos por estudar os grandes plantéis não esperamos encontrar uma escravidão menos dolorosa do que em outras escravarias. O que postulamos existir é um conjunto de meios próprios para lidar com a dor do cativo. De fato, buscamos demonstrar que uma grande escravaria é o primeiro passo para a formação de uma comunidade, mas que esse processo de formação pode estar em diversos estágios de desenvolvimento. O determinam o volume da escravaria, o tempo de abandono do tráfico, traduzido em estabilidade demográfica e os espaços que se pôde engendrar pelos seus habitantes. A progressiva integração dos indivíduos pela multiplicação dos laços parentais tende a ampliar os espaços da comunidade.

Esses espaços – financeiros, temporais e sociais – tendem a se agregar ao *habitus* da comunidade que se solidifica na medida em que o tempo de uso transcorre. Os significados e os motivos que conduzem ao estabelecimento de tais práticas podem diferir, e de fato diferem, de propriedade para propriedade. E mais. Diferem em acordo com o observador. Como exemplo disso, temos os lotes de terra aos quais se referia o barão de Pati do Alferes. Para ele era basicamente um alentador dos ânimos de seus cativos, um escape para a tensão do cativo. Certamente os cativos que recebiam a terra não a viam assim. Sua esperança é que avançando mais um passo na ascensão social intracativo, um dia chegassem ao salto social para além de suas fronteiras.

O estágio inicial da pesquisa deixa ainda muitas interrogações sem resposta. Mas ao concluirmos o trabalho esperamos ter mapeado o processo de transformação de uma escravaria em comunidade cativa. Tal conhecimento pode ser de valia para a análise de escravarias de modo geral, não apenas da ótica dos cativos, mas com uma perspectiva relacional. A identificação do ponto em que uma dada escravaria se encontra no caminho que a conduz à formação de uma comunidade pode permitir um estudo comparado, não apenas com outros plantéis, mas de vários momentos na vida de um mesmo plantel.

. Fontes

. Fontes Manuscritas

1. Inventário post-mortem Pascoal Cosme dos Reis, 1850-1852, Arquivo Nacional (RJ).
2. Matrícula de Escravos de 1872 (constante do inventário post-mortem de Manuel de Aguiar Vallim, de 1878); Lista Privada de Nascimentos de Escravos de 1856 a 1871; e Livros de Batismos e Matrimônios de Escravos -- todo este material se encontra no Arquivo do Ofício Judicial da Comarca de Bananal; no Arquivo Histórico de Bananal e no Arquivo da Cúria Diocesana de Lorena (SP).
3. Lista nominativa dos Escravos do Engenho do Camorim (Códice 49) Arquivo do Mosteiro de São Bento (RJ).
4. Inventário dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791, Arquivo Nacional (RJ).
5. Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente coronel Francisco Cordeiro da Silva Torres. Acompanha uma relação dos escravos a serviço naquela fazenda, 1815 – Biblioteca Nacional (II - 34, 33, 8)

. Fontes Impressas

1. Figueroa, Federico Brito. *El Problema Tierra y Esclavos en la Historia de Venezuela*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1996, pp. 101-102, 106-109 e 119-128.
2. Inventario de Esclavos (propiedades: La Rioja, San Tiago de Estero e San Miguel de Tucumán). Publicado em: ANDRÉS-GALLEGO, José. “Esclavos de temporalidades (el Tucumán, 1768): posibilidades de una fuente documental”. In: *Revista de História Eclesiástica* – Hispania Sacra. N. 48. 1996.

Bibliografia

1. ARANTES, Antonio Augusto, FELDMANN-BLANCO, Bela, BRANDÃO, Carlos R. ... Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. 2a. Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
2. BUESCU, Mircea. “Natalidade e mortalidade da população escrava” , in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, IHGB, (334): 163-65, 1982
3. CANO, Wilson e LUNA, Francisco Vidal. “A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese, in: Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas, IFCH-UNICAMP, (10):1-14, out. 1983
4. COSTA, Iraci del Nero da e SLENES, R. W. “Nota sobre algunos elementos estructurales de la familia esclava brasileña” in: HISLA - Revista Latinoamericana de Historia Económica y Social. Lima, Centro Latinoamericano de Historia Económica y Social, (11):3-11, 1988
5. ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.2000.
6. FLORENTINO, Manolo G. e GÓES, José Roberto. *A Paz da Senzala*. RJ: Civilização Brasileira, 1997.
7. FOX, Robin. *Parentesco e Casamento - uma perspectiva antropológica*. Lisboa: Vega. s/d.
8. KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
9. REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. Rio de Janeiro, Cia das Letras. 1989.
10. SCHWARTZ, Stuart b. “Os engenhos beneditinos do Brasil Colonial”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Volume LV. Recife. 1983.